

CIRCUITO TURÍSTICO NA FAZENDA ENGENHO NOVO:

possibilidades para a preservação do patrimônio cultural, a valorização da comunidade local e a profissionalização de atividades geradoras de renda.

Karla Estelita Godoy¹
Universidade Federal Fluminense

RESUMO

O artigo procura demonstrar que a atividade turística pode ser ferramenta útil à preservação do patrimônio histórico-cultural tangível e intangível, à valorização da comunidade local e à profissionalização dessa atividade como geradora de renda, em uma região do Rio de Janeiro, onde se localiza a Fazenda Engenho Novo. Ainda que em adiantado estado de arruinamento de sua estrutura física, a Fazenda é importante símbolo para a articulação e propagação das memórias e da identidade locais. Na tentativa de manter vivo o lugar e de proporcionar alguma renda extra às suas famílias, alguns sítiantes da Fazenda desenvolveram um “turismo improvisado”. Acredita-se que, uma vez organizada, essa iniciativa empreendedora pode-se tornar relevante aliada da dinâmica cultural dessa região. Contudo, sua realização esbarra em grave dilema: enquanto o turismo se qualifica como uma das principais alternativas à deterioração do patrimônio, o abandono da Fazenda, por parte dos órgãos responsáveis por sua preservação, impede até mesmo a tentativa de se desenvolver um projeto turístico desejado para a região.

Palavras-chave: **Turismo. Patrimônio Cultural. Preservação. Identidade e Memória Social.**

INTRODUÇÃO

Do século XVIII até parte do XX, a Fazenda Engenho Novo foi importante colaboradora no desenvolvimento econômico do Município de São Gonçalo. Inicialmente, sua produção foi de cana-de-açúcar, depois de citrus, sendo exportadora de laranja e a maior produtora de abacaxi do Estado. Registros históricos indicam que o Imperador D. Pedro II se hospedava na Fazenda por ocasião de suas visitas à então

¹ Professora Adjunta da Universidade Federal Fluminense, Coordenadora do T-Cult (Grupo de Pesquisa Turismo e Cultura), cadastrado no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq. Para maiores informações, acesse:

<http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=0005613Z6GV4CL>
<http://gpturismoecultura.blogspot.com/>

ou

freguesia de São Gonçalo do Amarante. A Fazenda tinha seu conjunto arquitetônico formado por duas construções: a mais antiga, onde havia a casa grande e a senzala; e a segunda, em estilo neoclássico, formada por serventias laterais e uma capela central, construída especialmente por ocasião de uma das visitas do Imperador.



Área de serventia e Capela em estilo Neoclássico – Fotografia de Cristiane Valladares de Azevedo, em 2008. Acervo da pesquisa.

Apesar dos áureos tempos e de toda a sua importância econômica e cultural, não houve preocupação em se resguardar a integridade de suas estruturas. Na década de 1990, a Fazenda passou por duas intervenções de âmbito político: a desapropriação de sua área pelo ITERJ e o tombamento do seu conjunto arquitetônico e paisagístico pelo INEPAC, mas não houve iniciativas que tornassem o bem tombado autossustentável. A Fazenda teve sua área total dividida em 129 sítios (hoje chegando a 134), alguns ocupados por descendentes de escravos e antigos meeiros – sitiantes responsáveis pela construção e o dinamismo da memória do lugar.

Um dos fatores para que a Fazenda ainda seja vista como patrimônio é a identidade que alguns desses sitiantes têm com as ruínas e todo o imaginário do lugar. Seu estado de arruinamento não estagnou a produção de novas memórias. Relatos orais de sitiantes mais antigos têm a capacidade de proporcionar uma viagem no tempo

através das histórias e memórias, que também estão na história escrita do Município, nas fotografias, nas matérias de jornais.

Algumas propriedades rurais têm sua base de subsistência na pecuária leiteira, na agricultura familiar e no lazer. Sitiantes em torno da Fazenda têm expectativas em relação ao desenvolvimento de atividades de lazer e turismo na região. Acreditam que a abertura ao turismo também contribuiria de forma significativa para preservação das ruínas, ainda que isso, muitas vezes, pareça um contrassenso. Certas propriedades, então, têm-se empenhado em desenvolver, além da agricultura familiar, algum turismo improvisado.

Assim, tem-se investigado sobre a criação e a implantação de um circuito turístico na região, de maneira planejada e participativa, integrando a comunidade ao projeto, entendendo essa ação como uma possibilidade tanto de preservação do patrimônio cultural e valorização da memória local, quanto de dinamização e profissionalização de atividades geradoras de renda.

Contudo, sua realização esbarra em grave dilema: enquanto o turismo se qualifica como uma das principais alternativas à deterioração do patrimônio, o abandono da Fazenda, por parte do Governo do Estado, impede até mesmo a tentativa de se desenvolver um projeto de turismo sustentável na região.

Sabe-se que, quando o processo de implementação turística em uma região é elaborado a partir de uma visão integrada, que se preocupe com os aspectos econômicos, mas também socioculturais, e incorpore a ampla participação da comunidade, o turismo se revela como uma atividade responsável e incentivadora da própria dinâmica das memórias e da identidade local. Pode vir a exercer, inclusive, um papel de grande relevância no que se refere à salvaguarda dos bens patrimoniais, já que o patrimônio histórico-cultural, tangível e intangível, passa a ser um dos elementos a compor o plano interpretativo do projeto de turistificação. Numa via de mão dupla, o turismo – muitas vezes concebido com viés exploratório – passa a funcionar também como uma das possíveis estratégias de preservação do patrimônio e de fertilização cultural.

Orientadas por essas premissas, as reflexões presentes nesse artigo se baseiam teoricamente em temas ligados à problemática que envolva a relação entre patrimônio

cultural, preservação e turismo, bem como às questões relacionadas à identidade cultural e à memória social, para que se possa analisar a situação hoje encontrada na Fazenda Engenho Novo, localizada no município de São Gonçalo, no Estado do Rio de Janeiro.

O texto está organizado em três momentos. O primeiro, intitulado PATRIMÔNIO CULTURAL E PRESERVAÇÃO, apresenta um breve histórico da Fazenda Engenho Novo, com o objetivo de demonstrar a importância da preservação de seu patrimônio histórico-cultural para a região, para o estado e para o país, que hoje se encontra em adiantado processo de deterioração.

Em um segundo momento, em que se aproximam TURISMO E MEMÓRIA SOCIAL, encontram-se questões relacionadas à construção de memórias, sua produção e dinamização através da atividade turística e sua relação com o patrimônio e a identidade cultural.

O TURISMO COMO ESTRATÉGIA PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO é o título da última parte, que procura apresentar a relevância do turismo como uma ferramenta útil à preservação do patrimônio cultural, abordando, ainda, os benefícios e malefícios que esta parceria pode acarretar para uma região.

1. PATRIMÔNIO CULTURAL E PRESERVAÇÃO

O Artigo 1º do Decreto-lei nº 25, assinado pelo Presidente do Brasil Getúlio Vargas, em 30 de novembro de 1937, define o patrimônio histórico e artístico nacional como um conjunto de bens móveis e imóveis, cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. Se forem levados em consideração todos os aspectos e contextos relacionados à Fazenda Engenho Novo, o texto da Lei se torna apenas uma das formas de atestar seus requisitos como um patrimônio relevante a se preservar.

Um dos recantos preferidos do Imperador D. Pedro II, a Fazenda Engenho Novo é composta por um conjunto arquitetônico dos períodos Colonial e Imperial no Brasil, e possuía em suas terras inúmeras espécies de árvores raras e palmeiras imperiais, doadas

por D. João VI, o mesmo que plantou a primeira muda de Palmeira Imperial no Rio de Janeiro.

A Fazenda Engenho Novo nos transporta aos meados do século XVIII, estendendo-se ao século XIX – período em que foi grande produtora de cana-de-açúcar, possuindo inclusive um engenho de cachaça e açúcar. Seu primeiro proprietário ilustre, Belarmino Ricardo Siqueira, Barão de São Gonçalo, era amigo de D. Pedro II, que se hospedava na Fazenda por ocasião de suas visitas à Freguesia de São Gonçalo.



Casa Grande, em meados dos anos 90 – Acervo da Fundação Barão de São Gonçalo.

No século XX, a Fazenda sediou a primeira corrida automobilística do Rio de Janeiro, promovida pelo Automóvel Clube², serviu de cenário para as gravações do filme “Álbum de Família” e para minissérie “Memorial de Maria Moura”, produzida pela Rede Globo de Televisão.

Em 1998, a Fazenda Engenho Novo foi tombada pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC), pelo Processo nº E 18/000 662/98. Entretanto, não houve a preocupação com a viabilização econômica, como, por exemplo, o

² A primeira corrida automobilística foi realizada no dia 19 de setembro de 1909. Disponível em: <<http://www.lazer.eefd.ufrj.br/cinema/docs/imagens.html>>. Acesso em: 17 de agosto de 2007.

aproveitamento da área para atividades culturais, que tornasse autossustentável o bem tombado, de modo a facilitar a sua preservação e conservação. Com o abandono e o descaso das autoridades responsáveis pela propriedade e por seu tombamento, a Fazenda entrou em total decadência. Ainda na década de 90, funcionou como sede da Defesa Civil de São Gonçalo, mas sua deterioração maior começou a ocorrer logo após a expulsão da Defesa Civil da sede da Fazenda. A partir deste acontecimento, a Fazenda teve suas portas e janelas arrancadas, móveis e utensílios furtados, e, se não bastasse, ocorreu um incêndio considerado como criminoso. Somados aos danos próprios à ação do tempo, todos esses eventos vêm contribuindo para sua degradação, de modo acelerado. Desde 2004, existem apenas ruínas dessa parte significativa do patrimônio histórico gonçalense, apesar de a Fazenda permanecer tombada.

O tombamento, principal instrumento jurídico até hoje aplicado para impedir a destruição de bens culturais, não implica a perda de propriedade do bem; a responsabilidade de sua conservação continua sendo do proprietário que é proibido de demoli-lo, de descaracterizá-lo ou, quando se trata de um objeto de arte, de retirá-lo dos limites do território nacional, sem prévia aprovação do órgão competente. (RODRIGUES, 2003, p. 20).

De direito, a Fazenda é propriedade do Governo do Estado do Rio de Janeiro, uma vez que o bem foi desapropriado pelo Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ), através do Decreto nº 19456, de 20 de dezembro de 1993. Sabe-se que, na época, o objetivo da desapropriação era o assentamento de produtores rurais nas terras da Fazenda e o aproveitamento das áreas da Casa Grande e da Senzala como estruturas de apoio ao local, por exemplo, funcionando como uma escola agrícola ou como salas de vídeo. Mas isso nunca aconteceu.

Ao longo do tempo, formou-se uma comunidade no entorno da Fazenda, composta por sítios originados do desmembramento de suas terras. Localizada no bairro de Monjolos, no município de São Gonçalo, no Estado do Rio de Janeiro, o acesso à Fazenda Engenho Novo se dá através da Rodovia Amaral Peixoto (RJ-104), seguindo pela Estrada José de Souza Porto, Largo da Idéia e Estrada Rio Frio – esta última já dentro da propriedade. Alguns dos sitiantes da região chegaram várias vezes a se reunir

em mutirões para limpar a propriedade, mas, como não eram em número suficiente e não tinham nenhum outro incentivo, a prática de vandalismo e também o furto de peças históricas de valor comercial relevante acabaram por ser maiores.

A falta de consciência e a negligência das autoridades competentes são fatores que contribuem de modo acelerado para a prática de ações agressivas ao patrimônio cultural, natural e à própria cultura de uma região, ou mesmo de uma nação. A destruição do patrimônio natural e cultural vai muito além da destruição física, concreta. Ela desarticula a sociedade e desorganiza o sentido de bem comum existente no grupo. Não é à toa, que o significado da preservação do patrimônio se estende a condições efetivas de preservação da memória social e da identidade de um povo.

2. TURISMO E MEMÓRIA SOCIAL

Como reconhecer ruínas, que, à primeira vista, podem parecer escombros, e legitimá-las como um patrimônio histórico-cultural de uma cidade ou região? Reforçando o foi dito anteriormente, se hoje a Fazenda Engenho Novo ainda é considerada patrimônio, isso se deve à identificação que alguns membros da comunidade local têm com as ruínas e com o imaginário que emerge daquele lugar.

Pode-se compreender a identidade – exigência constitucional para a caracterização do patrimônio cultural –, apoiando-se nas palavras de Stuart Hall, quando afirma que

a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo “imaginário” ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre “em processo”, sempre “sendo formada”. (HALL, 2005, p. 38).

Desse modo, o bairro de Monjolos conseguiu, apesar das várias transformações ocorridas em épocas distintas, manter durante todos esses anos a sua identidade rural, suas memórias e seu imaginário. Seus moradores mais antigos narram com prazer as

histórias dos áureos tempos da região, revelando a preocupação da comunidade com a valorização e a preservação de sua memória.

A capacidade que esses sitiantes mais antigos têm de proporcionar uma viagem no tempo através de seus relatos é algo surpreendente, evidenciando, de forma clara, o quanto há de pertencimento entre eles e essas histórias³. Apesar de a Fazenda – principal referência material – encontrar-se em ruínas, a memória e a história do lugar têm resistido e se mantido vivas. Contudo, a cada dia que passa, também vão se tornando fortes candidatas a um futuro arruinamento. O que acontecerá, por exemplo, se as ruínas virarem pó e os poucos sitiantes, que ainda mantêm suas memórias ativas, também não mais estiverem lá? Se “[...] toda perda sofrida pela cultura material deixa marcas impagáveis na memória desse povo” (MARTINS, 2006, p. 20), é incontestável que a região de Monjolos sofrerá conseqüências.

Para muitos dos sitiantes, a Fazenda Engenho Novo é parte de suas vidas. Só que, aos poucos, e cada vez de forma mais rápida, a Fazenda vem-se transformando em mais ruínas, sem que eles, por mais que tentem, consigam deter essa destruição.

³ Para ter acesso a alguns desses relatos, é indicada a monografia da turismóloga e pesquisadora sobre a Fazenda Engenho Novo, Cristiane Valladares de Azevedo, referenciada na bibliografia desse artigo.



Fazenda Engenho Novo em dois momentos:
à esquerda, em 2009, e à direita, em 1998.

Ceifar um ícone do patrimônio material acarreta danos que podem ser causados à estrutura do eu-cidadão. Ninguém paga por esses crimes, na medida em que não se pensa na dimensão de sofrimento que se pode causar, muitas vezes passivamente, ao cidadão, quando ele se depara com o nada. (MARTINS, 2006, p. 25).

Os crimes contra a memória e a identidade podem até ficar impunes, mas serão sempre lembrados e experimentados por suas vítimas. O cidadão que experimenta o processo de destruição de suas referências materiais, acaba por perder um pouco de si mesmo e de seu sentido de coletividade. Cria-se um vazio imaterial, o mesmo ou talvez pior àquele que hoje não é mais preenchido com o patrimônio material.

Numa tentativa de manter vivo o local – e, portanto, a si mesmos – e de proporcionar alguma renda extra às suas famílias, alguns sítiantes da Fazenda criam uma espécie de turismo improvisado, e abrem suas porteiras para atividades de lazer, como passeios a cavalo, charrete e “pesque e pague”. Algumas programações, como, por exemplo, o “Café da Roça”, incluem a visita às ruínas da Fazenda. Porém, essa integração entre as propriedades ainda é muito difícil, pois não existem incentivos nem

investimentos para a melhoria da infraestrutura local (vias de acesso, transporte, sinalização etc.), tampouco para o restauro ou a consolidação das ruínas históricas.

Pelo perfil do local e de seus moradores, considera-se que a implantação de um projeto de turismo na região poderia se transformar num importante aliado, a contribuir de forma significativa com a melhoria do bairro e com a valorização da cultura local. Na medida em que a renda dessas famílias é, em sua maioria, voltada para agropecuária familiar, a criação e a implementação de um circuito turístico poderia viabilizar uma dinâmica econômica entre os sítios e outras possibilidades de geração de renda e de emprego.

3. O TURISMO COMO FERRAMENTA PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO

Baseando-se na Lei nº 6.513, art. 1º inciso I, pode-se dizer que a Fazenda Engenho Novo e seu entorno, por sua importância histórica, devem ser considerados como área de interesse turístico. Então, uma vez que a Fazenda se apresente como um espaço à turistificação, tanto do ponto de vista de sua relevância histórica quanto do contexto sociocultural de seus moradores, seriam bem-vindas ações que conjugassem consciência e vontade política, participação da comunidade, interesses empreendedores e investidores, pessoal capacitado para a construção e desenvolvimento do projeto turístico. Esse é um dos primeiros passos para a implementação da atividade turística, que, nesse caso, também funcionaria como uma importante estratégia de preservação do patrimônio local.

Entretanto, um grave dilema vem-se impondo como obstáculo: enquanto o turismo se qualifica como uma das principais alternativas à deterioração do patrimônio material e imaterial da área, o total abandono da Fazenda, por parte de seu proprietário, o Governo do Estado, representado pelo ITERJ e pelo INEPAC, impede até mesmo a tentativa de se desenvolver um projeto de turismo sustentável na região, como opção à degradação da área. Muito frequentemente podem ser observadas indevidas e irresponsáveis apropriações dos bens culturais por parte do turismo. Porém, no caso da Fazenda Engenho Novo, o processo de degradação e de desamparo sofrido pelos bens

culturais, naturais e todo o seu entorno é que causam prejuízo e impossibilidade de implantação da própria atividade turística.



Crescimento irregular da vegetação – Fotografia de Cristiane Valladares de Azevedo, disponível em <http://www.circuitoengenhonovo.com.br/>).

Seu estado de conservação é precário. As estruturas necessitam de uma vistoria, a fim de definir suas patologias para indicar a intervenção mais adequada. Em alguns trechos, as edificações apresentam grandes trincas em suas paredes, deformações, acomodações e perda de argamassa. Além disso, as chuvas no local aumentam a umidade, acelerando o crescimento da vegetação em meio às estruturas.

Sabe-se que a preservação do ambiente é um dos fatores de elevada importância para o desenvolvimento e a manutenção da atividade turística de um destino. Segundo Ruschmann (1997, p. 19), “a inter-relação entre o turismo e o meio ambiente é incontestável, uma vez que este último constitui a ‘matéria-prima’ da atividade”.

De acordo com a autora, por meio ambiente entende-se a biosfera, com seus ecossistemas, constituídos de comunidades integradas por indivíduos. A definição de meio ambiente também inclui todos os tipos de construções feitas pela mão do homem: cidades, monumentos históricos, sítios arqueológicos e, ainda, os padrões de

comportamento das populações – o folclore, o vestuário, a gastronomia e o modo de vida das comunidades. (RUSCHMANN, 1997, p. 10). Portanto, tais elementos, se devidamente tratados, podem vir a se tornar potencializadores do turismo em determinado local.

No caso do município de São Gonçalo, especificamente no bairro de Monjolos, pode-se identificar que o incremento da atividade turística é absolutamente prejudicado pela falta de medidas adequadas ao desenvolvimento e à preservação das características do local. “A infraestrutura de uma cidade e sua estrutura turística são essenciais para o desenvolvimento desse setor, porém, a história de um povo é a base para atrair visitantes”. (BELTRÃO, 2001. p. 86).

Isso significa dizer que o desenvolvimento turístico da região de Monjolos não deveria somente estar focado em ações que viabilizassem melhorias na infraestrutura do local, mas também em um conjunto de fatores ligados diretamente à implantação de políticas públicas de valorização da cultura local, através do reconhecimento de sua importância histórica na construção da identidade do município. Não bastaria criar e manter infraestrutura adequada à implantação de atividades turísticas, mas seria necessário um planejamento que envolvesse a comunidade, através da retomada de sua história e da construção de sua memória e identidade locais. Mas nem uma ação nem outra, até o momento, foram realizadas, e o turismo deixa de ter a chance de exercer seu papel social. Sabe-se que “quando adaptado ao ambiente local e à sociedade, por meio de um planejamento e gestão cuidadosos, o turismo pode atuar num papel preponderante na conservação do ambiente”. (BELTRÃO, 2000. p. 92), por isso, acredita-se que esse seria um dos caminhos para a preservação da Fazenda Engenho Novo e de todo o seu patrimônio.

Como já mencionado, um circuito turístico na Fazenda⁴ contribuiria, de um lado, para manter viva a memória da comunidade local e, de outro, para consolidar e salvaguardar as ruínas da Fazenda Engenho Novo, uma vez que estariam inseridas no circuito, fazendo deste um circuito rural/cultural. De fato, toda a história do lugar começa na Fazenda (hoje em ruínas) e na localidade à sua volta, e é a comunidade que a

⁴ Projetos de Pesquisa e de Extensão sobre o tema vêm sendo desenvolvidos no Departamento de Turismo da Universidade Federal Fluminense, coordenados pela professora Karla Godoy (autora desse artigo), com assessoria da turismóloga Cristiane Valladares de Azevedo.

mantém viva, não só por suas memórias, mas também por sua identificação com o patrimônio histórico-cultural. Assim, uma atividade turística responsável na região, longe de ser algo danoso ao local e à sua população – como se impõe várias vezes – poderia ser adotada, nesse caso, como uma produtiva ferramenta a gerar benefícios para a preservação desse patrimônio cultural material e imaterial, bem como a alavancar novas possibilidades de geração de renda para a economia local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse texto, que se propôs apresentar uma breve análise sobre a relação entre um bem cultural em risco, a memória e a identidade locais, e a atividade turística como ferramenta para incentivar a salvaguarda e a preservação do patrimônio material e imaterial, faz parte de uma série de ensaios e projetos que têm sido realizados sobre a Fazenda Engenho Novo. Dentre seus maiores objetivos, está o de suscitar a reflexão sobre a importância da preservação e da valorização do patrimônio, da memória e da identidade cultural de um povo, a partir da contribuição de um turismo responsável e planejado, que possa se tornar um forte aliado desse processo.

Entretanto, como destacamos, tudo nos leva a crer que se vem configurando um impasse em relação à implantação de uma atividade turística na região, na medida em que há uma lamentável falta de incentivo do poder público, especialmente no que tange aos cuidados que a região de Monjolos e, mais especificamente, a Fazenda Engenho Novo e seu entorno, requerem. Se, em curto prazo, nenhuma ação for deflagrada, seremos forçados a assistir à transformação de um patrimônio, já em ruínas, em um amontoado de cacos que tendem a se dispersar e, quiçá, desaparecer. Antes que isso ocorra, é importante que alertas e propostas teimem em vislumbrar um caminho, a fim de se tornarem imprescindíveis peças nessa complexa engrenagem patrimonial.

Bibliografia

AZEVEDO, Cristiane Valladares de; GODOY, Karla Estelita. **Identidade rural e turismo: relatos orais construindo ruralidades e produzindo a atividade turística na Fazenda Engenho Novo**. In: XI Edição do Congresso Cidade Revelada, 2009, Itajaí (SC). Cidade Revelada: preservando identidades culturais, 2009.

AZEVEDO, Cristiane Valladares de; MARTINS, Mateus. **A Consolidação das Ruínas da Fazenda Engenho Novo São Gonçalo/RJ e a Preservação e Reutilização de Um Patrimônio Cultural**. In: I Congresso Internacional de Turismo, 2007, Bolívia. Anais La Contribución del Turismo a la Preservación del Patrimônio. Potosí: UATF, 2007.

AZEVEDO, Cristiane Valladares de. **Um Engenho de Memórias: Turismo, memória e patrimônio movendo a Fazenda Engenho Novo**. Monografia (Bacharelado em Turismo) – Faculdade Paraíso, Rio de Janeiro – Brasil. 2007.

BELTRÃO, Otto di. **Turismo a Indústria do Século XXI**. São Paulo: Novo Século, 2001.

BRAGA, Maria Nelma Carvalho. **O município de São Gonçalo e sua história**. 2 ed. Rio de Janeiro: Falcão, 1998.

CAMARGO, Haroldo Leitão. **Patrimônio Histórico e Cultural**. 3 ed. São Paulo: Aleph, 2002. Coleção ABC do Turismo.

GODOY, Karla Estelita; AZEVEDO, Cristiane Valladares de. **Turismo, memória e patrimônio no circuito turístico digital da Fazenda Engenho Novo**. In: 6º Foro Latinoamericano "Memoria e Identidad", 2009, Montevideo. 6º Foro Latinoamericano "Memoria e Identidad". Montevideo: Signo Centro Interdisciplinario, 2009.

GONDAR, Jô; DODEBEL, Vera. (Org.). **O que é Memória Social?** Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2005.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-modernidade**. 10 ed. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2005.

INEPAC – INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL DO RIO DE JANEIRO. Dossiê de tombamento da Fazenda Engenho Novo. São Gonçalo, 1998.

IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br>>. Acesso em: 15 out 2005.

MARTINS, C. (Org.). **Patrimônio Cultural: da Memória ao Sentido do Lugar**. 1 ed. São Paulo: Roca, 2006.

RUSCHAMANN, Doris. **Turismo e Planejamento Sustentável – A proteção do meio ambiente**. 11 ed. Campinas, São Paulo: Papirus, 1997.

RODRIGUES, Marly. Preservar e Consumir: O Patrimônio Histórico e o Turismo. In: FUNARY, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime (Orgs.). **Turismo e Patrimônio Cultural**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2003, p. 20.